

RESOLUÇÃO POLÍTICA
4ª Plenária Nacional: Nalu Faria, presente!
Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores

De novo com a coluna ereta, que tal?
Juntar os cacos, ir à luta
Manter o rumo e a cadência
Esconjurar a ignorância, que tal?
Desmantelar a força bruta
Então que tal puxar um samba
Chico Buarque, Que tal um samba?

Por um programa democrático antineoliberal!
Pela unidade da esquerda!
Por um PT democrático e socialista!

I. Um balanço de dois anos

Há dois anos realizamos nossa XIII Conferência. Nela formulamos o ponto de vista fundamental da Democracia Socialista para o período que se abria e que tinha como foco a decisiva eleição presidencial de 2022:

“O fato de que a esquerda lidera a luta democrática no Brasil nos permite colocar como objetivo conjunto derrotar, além da extrema-direita, o programa neoliberal. Essa dupla vitória deve abrir um cenário de possibilidades de transformações ainda inéditas no Brasil, um processo de revolução democrática. Essa perspectiva nos remete ao debate do programa – que nada mais é do que a compreensão das possibilidades e das tarefas para alcançá-las – para o período histórico que vivemos. O sentido geral desse programa pode ser sintetizado na tríade eleger Lula, construir a alternativa ao capitalismo neoliberal, colocar em marcha o processo de radicalização da democracia.”

Lula foi eleito presidente em uma eleição apertada. Conseguimos ampla maioria na base da classe trabalhadora que ganha até dois salários-mínimos e na região Nordeste. Uma parte significativa da classe trabalhadora, no entanto, votou em Bolsonaro.

Na eleição de Lula formaram-se duas frentes, a de esquerda no 1º turno e a frente ampla no 2º turno. A função de Alckmin como vice-presidente foi uma escolha de Lula. O vice, ex-governador de São Paulo pelo PSDB por vários mandatos, tem evidentemente vínculos orgânicos com setores burgueses e com um núcleo neoliberal de economistas, mas sua campanha de 2018 (quando obteve cerca de 5% dos votos) já revelava a perda de papel dirigente que seu antigo partido e ele próprio já tiveram. No 2º turno, a entrada do MDB e de outras figuras simbólicas do neoliberalismo brasileiro configurou a frente ampla com suas pressões sobre o governo, especialmente o programa econômico.

A correlação de forças refletiu, grosso modo e de forma piorada, a grande contradição evidente desde a primeira eleição de Lula em 2002, com o congresso e governadores do Sudeste, Sul e Centro-Oeste com perfil conservadores *versus* presidente da república e governadores do nordeste (incluindo o governo do Pará em 2006 e o de Minas em 2014), refletindo a polarização social e o modelo eleitoral que continua sob influência do poder econômico, dos privilégios parlamentares e de uma representação legislativa com voto nominal e não-proporcional. Apesar de vencermos as batalhas presidenciais, as bancadas de esquerda não superaram 30% das cadeiras.

Mantido este modelo teremos a continuidade da situação de um Governo Federal submetido a chantagens permanentes para viabilizar a aprovação de qualquer medida legislativa. O Congresso impede ou limita e dita o ritmo de qualquer iniciativa de mudança - seja ela estrutural ou não - em benefício das classes trabalhadoras e das populações exploradas, discriminadas e marginalizadas.

Essa situação torna-se ainda mais grave diante da ausência de reflexão mais aprofundada e ações concretas e sistemáticas por parte do conjunto da esquerda, seus movimentos e organizações, para superar essa questão.

O assim chamado “Centrão” e afins vêm, a cada legislatura, cristalizando cada vez mais seu poder de modular as iniciativas do executivo e agindo para que seus parlamentares se perpetuem em seus mandatos.

A cada legislatura, parcelas cada vez mais significativas do orçamento público são capturadas para financiar suas práticas clientelistas e de compra de votos. Inicialmente, isso ocorreu com o advento das emendas individuais impositivas, ainda no governo Dilma. Posteriormente, as emendas de bancada também se tornaram impositivas. E o coroamento veio com o chamado “orçamento secreto” que, mesmo após decisão do STF, tem seus recursos ainda disponíveis a esses parlamentares. O aumento desses ganhos financeiros foi acompanhado por mudanças na legislação eleitoral que, em seu conjunto, perseguem o mesmo objetivo: perpetuação de mandatos e manutenção de um sistema baseado na despolitização e personalização das práticas políticas.

Sem um enfrentamento duro a essas questões, nada mudará nos próximos anos e futuros governos de esquerda sofrerão as mesmas chantagens. Esse enfrentamento passa necessariamente por uma politização maior da ação cotidiana de nossas organizações: partidos, sindicatos, movimentos, frentes, associações. É preciso relacionar essa realidade aos temas da democratização do estado brasileiro, do orçamento participativo, da luta por uma reforma política democratizante. E, acima de tudo, é preciso relembrar o caráter de classe da composição do Congresso, onde as elites econômicas organizam escancaradamente bancadas para defesa de seus interesses.

O gatilho golpista detonado em 8 de janeiro de 2023 mostrou a profunda imbricação entre o aparato militar e policial com uma extrema-direita mobilizada. A pronta intervenção determinada por Lula, seguida dos julgamentos dos golpistas pelo STF, deteve o golpe e iniciou um processo ainda muito limitado de substituição de comandos e de mudança de estruturas golpistas nas Forças Armadas e policiais.

A derrota de Bolsonaro e do movimento golpista de 8 de janeiro não implicaram, no entanto, no desaparecimento da extrema-direita como força social e política.

A âncora neoliberal continua

Pesando ainda decisivamente contra uma correlação de forças favorável ao programa democrático antineoliberal, o Banco Central “independente” sustenta uma das maiores taxas de juros do mundo e trava políticas desenvolvimentistas. O fato de não ter sido objeto de contestação e deslegitimação durante a campanha, naturalmente, dificultou o seu (curto) enfrentamento depois da vitória. Essa, portanto, é uma questão central que continua posta.

De forma combinada, a resultante do arcabouço fiscal — armadilha que trouxe um novo tipo de teto de gastos e da qual o governo eleito não foi capaz de esquivar-se, como havia anunciado na campanha eleitoral — foi permeada de concessões liberais, negativas às políticas de investimentos e gastos públicos, como afirmado no [manifesto crítico](#) que assinamos com diversos deputados de esquerda. A recente manifestação crítica do Presidente Lula ao déficit zero deve ser saudada e apoiada enfaticamente.

Avanços internacionais do governo

Foi no plano internacional que encontramos mais espaço para expressar uma política de desenvolvimento, paz e democratização, o que evidencia um cenário multipolar com a perda de poder do imperialismo (tendo como pano de fundo as grandes crises

mundiais neoliberais), a forte presença da China e expressões regionais como a própria América Latina.

Na política internacional do governo Lula, podem ser destacadas: a defesa da paz na Ucrânia e a não submissão à política de guerra sustentada pelos EUA (que subordinou a União Europeia); a defesa da paz e da autodeterminação do povo Palestino, também em conflito com a posição imperialista; o esforço de reconstrução do espaço comum latino-americano; e as iniciativas no âmbito dos BRICS para favorecer o desenvolvimento econômico fora da hegemonia financeira dos EUA.

CUT e movimento popular precisam dar passos à frente

A participação popular foi recolocada na agenda do governo. Iniciamos esse processo no planejamento plurianual; defendemos seu desdobramento para um orçamento participativo nacional efetivo. Esse é um desafio ainda em aberto, a ser conquistado. Ele pode e deve ser combinado com a retomada das políticas públicas, que deve ser também saudada e que precisa vir com um processo de mobilização e participação dos próprios beneficiados.

As lutas sociais, a mobilização da CUT e das demais centrais das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, não tiveram um salto com a eleição de Lula. A mobilização eleitoral não teve continuidade através dos comitês populares. É como se todo avanço político dependesse de Lula, em um processo de substituição em grande escala. Praticamente todo o campo político de esquerda se unificou em torno da defesa do governo Lula, mas não se mobiliza em conjunto, ainda, para contrabalançar os limites políticos do próprio governo, pressionado na sua governabilidade institucional e econômica.

Ritmo e direção

Nesse quadro, tivemos conquistas parciais, mas também renovação dos impasses e limites na governabilidade e na economia. Houve recuperação das políticas públicas e

de desenvolvimento econômico, mas aquém dos avanços das primeiras experiências de governos do PT e, sobretudo, muito aquém dos desafios postos ao PT e à esquerda brasileira neste momento.

A sociedade brasileira continua polarizada entre esquerda e extrema-direita, mesmo com a vitória eleitoral de Lula e com a derrota do golpe de 8 de janeiro.

A extrema-direita se nutre dos efeitos corrosivos do neoliberalismo sobre o conjunto da classe trabalhadora, levando à pulverização de empregos e subempregos, à perda de identidade de classe. Esse processo, evidentemente, não foi revertido (e nem poderia) no primeiro ano do governo.

Devemos, no entanto, colocar em questão o ritmo (lento e parcial) e mesmo a direção dessa superação em processo (com uma democratização limitada, com acordos e compromissos "normalizadores" com a governabilidade conservadora e com o Banco Central). Acordos defensivos e de custo altíssimo com o Centrão não garantem a estabilidade institucional e nem a aprovação do conjunto de projetos necessários, porque esbarram nos próprios interesses por ele representados. De outro lado, a redução do alcance das políticas de desenvolvimento e do gasto público e a relação "apaziguada" com o Banco Central "independente" não dão conta de abrir um novo processo de desenvolvimento e estabelecer um processo virtuoso de direitos e distribuição de renda.

II. Perspectivas

Na revista Democracia Socialista n.º 11, aparece nossa visão de conjunto sobre o papel do PT e da esquerda depois da eleição de Lula:

“A opção que imaginamos necessária começa pelo Partido e as Federações aliadas. Sem abdicar de defender e apoiar o governo, o PT e nossos aliados de esquerda, precisamos recuperar uma identidade própria, um sentido de futuro, que seja visível e compreendido pela sociedade brasileira. Ou seja, uma atualização programática, com propostas e bandeiras que visualizem alternativas ao quadro atual que vivemos, cinzento, confuso, opressor, tendendo à barbárie no Brasil e no mundo. Unificar as Federações de esquerda ou uma Frente de Esquerda é o caminho para construir essa identidade. Precisamos retomar o otimismo da virada do século no combate ao fórum dos ricos e poderosos de Davos, responsáveis por essas políticas econômicas de exploração, miséria e desigualdade social e reafirmar que “outro mundo é possível”. Agora não como simples bandeira de propaganda, mas com um conjunto de políticas públicas que efetivamente mudem a vida das pessoas e favoreçam que elas possam ser também protagonistas dessa construção de novos horizontes que nos façam caminhar.”

Permanecem válidas, portanto, as diretrizes fundamentais da nossa visão para as tarefas deste período: com Lula eleito, os desafios do PT e da esquerda brasileira continuam sendo construir uma alternativa ao capitalismo neoliberal e colocar em marcha um processo de radicalização da democracia na sociedade e no estado brasileiro.

Os partidos políticos da classe trabalhadora, com o PT em destaque pelo seu papel histórico e por estarmos disputando sua direção, ainda não transformaram a grande vitória de 2022 em alavanca para novas conquistas democráticas estratégicas na sociedade e na institucionalidade, sem as quais nenhuma vitória eleitoral estará garantida. Sem uma firme referência programática e de lutas coerentes da esquerda, as perdas de identidade de classe não serão superadas, e a formação de maiorias populares ativas e decisivas para a democracia não se realizará.

A construção da unidade das forças baseadas na classe trabalhadora mantém toda sua atualidade nos processos eleitorais e nos processos de governos eleitos, nas disputas

parlamentares e, sobretudo, na construção de novas agendas e novas conquistas além das que o governo consegue implantar numa dada correlação de forças. As eleições não encerram o processo de disputa mais ampla para implementar o programa de reconstrução e transformação.

É preciso dar forma concreta a um plano comum de lutas e de mobilizações democráticas e antineoliberais, sindicais e populares, feministas, antirracistas, LGBTQIA+. É necessário escolher essas lutas, suas consignas e retomar as mobilizações. Temos uma longa experiência de construção de movimentos de massas. É possível dar esse passo!

As eleições municipais são disputas cujo objetivo é conquistar prefeituras e bancadas para o PT, oportunidade para a esquerda avançar na luta contra o neoliberalismo e pela democracia com participação popular. Esse é o sentido que devemos imprimir às próximas eleições.

A combinação entre a retomada dos movimentos de massas com a unidade da esquerda nas disputas municipais serve à estratégia de reforçar a capacidade conjuntural da esquerda e ao objetivo de chegar a 2026 com mais força para vencer a eleição presidencial e formar maioria para governar.

Um programa de superação do neoliberalismo

O principal limite das experiências de governo nacional lideradas pelo PT deve ser identificado como a ausência de um programa de superação do neoliberalismo no Brasil, inserido em uma perspectiva internacional de lutas sociais e políticas pela construção de uma nova ordem mundial. Esse limite central está agora renovado no atual governo Lula pelo impasse entre o programa através do qual foi eleito e as condições para implementá-lo.

Esse impasse político central é elevado a um novo patamar dramático diante da nova conjuntura regressiva vivida pela ordem internacional organizada pelo neoliberalismo, liderada pelo Estado norte-americano. Ao mesmo tempo, em que esta crise alarga o campo de contestação e superação possível do neoliberalismo em função de sua crise aberta e profunda de legitimidade, ela pune com a impopularidade as forças políticas de esquerda ou centro-esquerda que não conseguem construir respostas coerentes a ela.

Diferentemente da conjuntura de ascensão dos primeiros governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, atualmente vivenciamos uma estagnação crônica da economia internacional, que se expressa mais duramente nas sociedades de países que estão em uma condição dependente ou subordinada. Sem um enfrentamento decidido do paradigma neoliberal, programas desenvolvimentistas e de melhorias de vida para as classes trabalhadoras tendem rapidamente ao impasse.

A luta de classes ganhou um padrão de polarização novo, com a degradação institucional das democracias neoliberais e com a ascensão de forças de extrema-direita, articuladas internacionalmente. Sem movimentos políticos e sociais enraizados e unificados para enfrentar essa ameaça de regressão, a luta institucional tende a operar em um território minado.

No primeiro ano do terceiro governo Lula, duas guerras - de dimensões geopolíticas e humanitárias extremamente graves - foram desencadeadas, refletindo a opção militarista dos Estados Unidos para superar sua crise de liderança mundial, com o apoio vergonhoso dos principais Estados europeus. Mais do que nunca, não é possível pensar as lutas políticas nacionais sem incorporar o andamento da crise internacional da ordem neoliberal.

Um programa político de superação do neoliberalismo no Brasil deve ser concebido como histórico (considerando um novo ciclo de acumulação progressiva de forças); estrutural (capaz de obter conquistas que elevem qualitativamente o caráter republicano e democrático do regime político em um sentido antineoliberal); internacional (capaz de aumentar estrategicamente a soberania nacional e sua inserção em organizações e redes internacionais antineoliberais); integral (capaz de articular coerentemente as mudanças na cultura política, no regime político e na macroeconomia, criando as bases de uma nova hegemonia). Isso só será possível com fortalecimento qualitativo do grau de organização e capacidade comunicativa, unidade e politização dos movimentos democrático-populares e suas expressões partidárias.

Este programa histórico se relaciona, apoia dinamicamente, mas se diferencia de um programa de governo que tem necessariamente de organizar sua agenda a partir das correlações de forças instituídas. O protagonismo deste programa deve ser a frente de partidos, liderada pelo PT, e a unidade construída pelos movimentos sociais. Sem este programa, os partidos e os movimentos sociais ficam subordinados às possibilidades circunstanciadas do governo, sem capacidade de dirigir a construção de uma dinâmica de criação de uma nova correlação de forças, que é incontornavelmente necessária para o governo colocar em prática o programa eleito.

Não existe uma experiência paradigmática histórica de superação do neoliberalismo que possa servir como referência hoje no plano internacional. Este programa só pode ser construído pela análise crítica das estruturas de domínio neoliberal no Brasil, inseridas na rede de dominação neoliberal internacional liderada pelos Estados Unidos.

Ele constitui, na totalidade, uma dinâmica de revolução democrática, construída a partir dos valores e perspectivas do socialismo democrático. Forma um novo bloco histórico, um sistema de alianças políticas e sociais, centrada nas classes trabalhadoras, com alianças que isolam os núcleos de classe dominantes que sustentam o neoliberalismo,

o capital financeiro e o agronegócio, associados às redes de financeirização internacionais.

Após mais de cinco décadas de domínio internacional centrado no Estado norte-americano, o neoliberalismo condiciona a conjuntura política latino-americana – e em particular o Brasil - a partir de cinco impasses histórico-estruturais. A sua superação demanda reformas estruturais e não apenas alterações de correlações de força, e por isso devem ser pensados em ciclos históricos.

Estes impasses – o da cultura política, o da soberania nacional, o macroeconômico, o da universalização dos direitos humanos ou da construção de Estados de Bem-Estar Social pós-neoliberais – são de fato unificados e convergem para o impasse democrático–popular, ou republicano democrático ou ainda republicano social (como Marx chamou o republicanismo da Comuna de Paris, diferenciando-o das repúblicas liberais). Ou seja, a constituição de um novo regime de poder político radicalmente democratizado de um ponto de vista nacional, classista, feminista e antirracista, tendencialmente socialista democrático.

Uma estratégia pragmática de enfrentamento destes impasses, que impedem a aplicação do programa a partir do qual Lula foi eleito, seria aquela que se concentra na conquista de um padrão mínimo de governabilidade e procura, a partir de disputas e conciliações, avançar por melhores condições de governo ainda dentro do paradigma e das instituições neoliberais. À medida que o governo avançasse, mesmo que parcialmente, na aplicação de seu programa, sua popularidade se elevaria, favorecendo a progressão eleitoral das forças democráticas e populares nas eleições de 2024 e, posteriormente, em 2026. Essa progressão eleitoral, somada ao fortalecimento das organizações populares e sindicais, permitiria, enfim, uma aplicação mais abrangente do programa em um eventual segundo mandato.

O grande risco desta estratégia pragmática é o do sentido e do ritmo. Em uma condição internacional adversa, sob a chantagem de um Congresso conservador, e diante da agressiva política rentista do Banco Central, além da forte deterioração da capacidade de tributação do Estado brasileiro, o governo Lula se vê confrontado como o duplo desafio de uma extrema-direita organizada na base e nas redes e uma mídia empresarial massivamente hostil. Neste contexto, o governo Lula verá desvanecer a legitimidade de seu mandato de mudanças e atrasará o seu tempo político em relação às disputas eleitorais decisivas. Isto é, sem uma dinâmica mais ousada e possível de enfrentamento do paradigma neoliberal na macroeconomia e sem uma ofensiva política democrático-popular em torno dos temas fundamentais de seu programa, confrontados com o paradigma neoliberal, o risco de um impasse e desgaste político do governo Lula seria praticamente inevitável.

Este impasse entre governos nacionais com programas de transformação e Congressos Nacionais de maiorias conservadoras foi certamente vivido dramaticamente em cada um dos governos Lula e Dilma. Foi também o impasse central do governo Goulart, em seu mandato contestado e sem capacidade de aprovar no Congresso Nacional as chamadas reformas de base que seriam fundamentais para construir a soberania nacional, como realizar a reforma agrária e superar o subdesenvolvimento.

Entre uma política de acomodação às limitações impostas de aplicação do programa e uma política de sua aplicação sem criar as condições de legitimidade e correlação de forças necessárias, o caminho que se impõe é aquele que combina uma ofensiva da aplicação do programa forçando os limites das condições de governabilidade, ao mesmo tempo, em que se deslancha um movimento político nacional por reformas estruturais, que aprofundem qualitativamente as dimensões republicanas democráticas do Estado brasileiro, em superação de sua atual configuração fortemente limitada pelo regime neoliberal.

Cria-se, assim, uma dialética nova e criativa entre governo e sua base popular organizada: a popularidade em crescimento do governo fortalece suas bases sociais e estas convergem para um esforço nacional de superar os seus limites atuais de organização, enraizamento, comunicação, unidade e politização.

III. Plano de lutas, participação popular e disputa ideológica

É necessário empreender um amplo esforço de elaboração e organização no PT para atualizar o debate do seu próprio papel diante da enorme, renovada e complexa chance histórica de transformação do Brasil que combine democracia e socialismo. Nesse contexto, destaca-se especialmente a defesa da democracia interna do partido. A ausência do PT na luta política tem tudo a ver com a rarefação programática e com a diminuição radical da sua democracia interna.

Para cumprir o principal desafio que se apresenta, a atualização programática, ou seja, um horizonte de lutas, o Partido e a unidade de esquerda, com base na coligação das Federações (PT, PV, PCdoB) e (PSOL, Rede) e outros aliados no campo democrático e popular, devem propor e mobilizar amplos setores sociais para sua realização.

Esse programa de lutas, de mobilização e conquistas, servirá também para enfrentar a pressão e o cerco que as elites conservadoras mantêm sobre o Governo Lula.

Além da defesa e apoio às políticas governamentais em curso, a atualização programática deve contemplar e aproveitar o clima eleitoral que se inicia. Sem prejuízo de uma ampliação do debate e de outros temas com as outras forças aliadas, devemos propor questões como:

a) Ampliar os mecanismos de participação popular atuais junto ao Governo e defender a democracia participativa como elemento central das nossas candidaturas municipais em 2024.

b) Campanha nacional pela elevação do salário-mínimo e dos pisos regionais existentes, isenção de Imposto de Renda até 5 salários-mínimos e regulamentação dos direitos do trabalho explorados por empresas de aplicativos.

c) Garantia dos mínimos constitucionais obrigatórios da União, Estados e municípios nos recursos orçamentários em Educação, Saúde e Assistência Social.

d) Discutir e incorporar com os movimentos sociais e os setoriais partidários as reivindicações e propostas do feminismo, do antirracismo, dos povos originários e dos grupos LGBTQIA+. Estas propostas se integram à própria concepção e estrutura de uma plataforma unificada de lutas democráticas pela igualdade.

e) Transição Justa é uma reivindicação que emerge dos sindicatos e coloca em primeiro plano a articulação necessária entre os princípios de justiça social e justiça ambiental. Definida como o conjunto de políticas projetadas para garantir que a transição para uma economia de baixo carbono ofereça condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos, sociais e laborais e igualdade de oportunidades para trabalhadoras, trabalhadores, territórios e comunidades implicadas. Uma efetiva Transição Justa requer mudança estrutural no modelo de produção e consumo, o que implica repensar as bases da economia para orientar a sustentabilidade da vida e não a reprodução do lucro. Esta mudança de modelo se faz cada vez mais urgente diante da evidência cada vez mais contundente da crise climática e ambiental.

f) Água, energia, transporte coletivo e comunicação são serviços públicos essenciais e não podem ser mercadorias e fonte de acumulação capitalista.

g) As bases da tributação nas várias esferas administrativas devem ser, majoritariamente, diretas e incidir sobre heranças, propriedade, lucros e ganhos de capital.

h) O regime democrático deve garantir proporcionalidade idêntica na representação da cidadania e governabilidade pelos eleitos. Por uma reforma política democrática que garanta esses princípios e fortaleça os partidos, a igualdade de gênero, racial e a diversidade sexual, combatendo a corrupção e o clientelismo das emendas parlamentares e do voto nominal.

i) A Constituição de 1988, considerada “cidadã” por garantir direitos, reproduziu a herança conservadora de décadas de ditadura e manteve instituições burocratizadas, privilegiadas e repressivas que não combinam com a democracia. As Forças Armadas, formadas e organizadas para as funções da GLO e do combate ao “inimigo interno”, não combinam com Defesa Nacional. Nem Segurança Pública com Polícias Militarizadas e sem autonomia federativa. Da mesma forma, o Judiciário, o Ministério Público, os Tribunais Militares, burocratizados, vitalícios, com subsídios sem controle e previdências próprias, estão cada vez mais distantes da população. É inadiável o debate, a reforma e a mudança desses privilégios numa democracia contemporânea.

Esses temas ilustram a necessidade de um amplo projeto de reformas estruturais que o país precisa e deve realizar amplamente, envolvendo nossos partidos e toda a cidadania.

Em suma, as forças populares que defendem o Governo Lula são responsáveis por apresentar, mobilizar e colocar em marcha um projeto programático atualizado e em sintonia superadora com que o Governo vem realizando.

Os desafios imediatos da participação popular no governo

O Governo Lula, desde janeiro de 2023, iniciou o processo coletivo e participativo de construção de políticas públicas por meio da restauração de todas as instâncias de participação social extintas pelo governo anterior, iniciando o processo de “Reconstrução” dos Conselhos Setoriais e Temáticos.

A partir do mês de abril/23, foi implementado de maneira exitosa o PPA Participativo – 2024 – 2027, considerando a práxis das ricas experiências históricas dos Orçamentos Participativos (OPs) municipais, estaduais e internacionais, dos conselhos setoriais nacionais e suas conferências. Sempre considerando, também, a relação e o papel dos movimentos sociais e populares, sendo, ao mesmo tempo, revolucionário e inovador, integrando a participação social presencial com a participação digital, viabilizando, assim, o salto de qualidade para a esfera e escala federal, sem perder a organização e mobilização social e popular no território dos estados e municípios do País.

Cabe destacar que o PPA é um plano de médio prazo que organiza a ação governamental e serve de orientação para a elaboração do orçamento anual. Portanto, o PPA não é executado diretamente, mas através dos orçamentos anuais. Por isso, a necessidade de um Orçamento Participativo Nacional (OP–BR), para as definições de prioridades para a elaboração do orçamento público anual, deve ser feito com participação social.

Por outro lado, as emendas parlamentares impositivas e em relação direta com os governos estaduais e municipais através do PAC, sem passar pela participação popular, fortalece a concentração de recursos orçamentários e extraorçamentários nas mãos dos partidos do Centrão, da direita ideológica e até mesmo dos bolsonaristas.

Para ter a dimensão desta política, vejamos os números do PLOA - 2024 (Projeto de Lei orçamentária 2024), que está no Congresso Nacional:

Tabela 1 – Total das emendas impositivas:

<u>Número de Deputados</u>	<u>Número de Senadores</u>	Valor da Soma de Emendas Individuais Deputados (R\$)	Valor da Soma das Emendas Individuais Senadores (R\$)	Soma Total das Emendas Individuais de Deputados e Senadores (R\$)
513	81	19.428.123.105,00	5.640.422.850,00	25.068.545.955,00

Nota: Emendas impositivas individuais por deputado R\$ 37,8 milhões e por senador R\$ 69,6 milhões; além delas, as emendas das 27 bancadas totalizam 12,5 bilhões. Total geral das emendas = R\$ 37,6 bilhões.

Tabela 2 – divisão de prefeituras por partido logo após a eleição de 2020:

PARTIDOS	Número de Prefeituras	%	Soma Total das Emendas Individuais de Deputados e Senadores (R\$)	%
MDB / PP / PSD / PSDB / UB / PL	3542	63,61%	15.279.352.060,00	60,95%
PTB / Republicanos / Cidadania / PSC / PODE / SD / Avante / Patriota / PROS / PMN / PRTB / PMB / DC / PTC / Novo	1069	19,20%	3.827.473.415,00	15,27%
PT/ PCdoB / PSOL / PDT / PSB / REDE / PV	852	15,30%	5.961.720.480,00	23,78%
OUTROS	105	1,89%	0,00	0,00%
TOTAL	5568	100,00%	25.068.545.955,00	100,00%

CRITÉRIOS: Na primeira linha estão destacados os partidos com mais prefeituras. Na segunda linha, estão agrupados os Partidos fora do Campo de Centro-Esquerda. Na Terceira Linha têm-se os partidos do Campo político de Centro-Esquerda.

Números correspondentes ao cenário imediatamente após a eleição de 2020.

Tabela 3 – Emendas impositivas e comparação com o investimento do PAC:

Emendas Impositivas no PLOA - 2024			
Previsão de emendas no PLOA 24 (R\$)	Previsão Emendas individuais (R\$)	Emendas de 27 Bancadas (R\$)	Previsão do PAC no PLOA 24 (R\$)
37.600.000.000,00	25.068.545.955,00	12.531.454.045,00	56.800.000.000,00
NOTA: Emendas de comissões - existe a intenção de + R\$ 8.400.000.000,00 para garantir 46 bilhões no total			
OBSERVAÇÃO 1: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevista no PLOA - 2024 = R\$ 56,8 Bilhões - que será executado nos estados e municípios.			
OBSERVAÇÃO 2: Cabe destacar o PAC Seleções de R\$ 65 bilhões que é para as prefeituras, não está na tabela acima, pois ainda não está orçamentado e está em construção pela Casa Civil com os prefeitos. Mais recursos para as Prefeituras.			

Considerando este cenário governamental, é fundamental a atuação crítica e propositiva do PT e da esquerda para construir uma nova governabilidade democrática, republicana, que fortaleça a democracia participativa.

Organizar a disputa ideológica

Num mundo sob o domínio do capital financeiro, que busca a todo custo, cada vez mais, a acumulação de capital, cresce a ojeriza à democracia, com o aumento de intervenções em governos que apresentem, minimamente, o desejo de implementar políticas antineoliberais. Proliferam também teorias econômicas que sustentam os interesses do capital financeiro. Neste sentido, vemos crescentemente a adoção, por parte de movimentos políticos, governos e setores empresariais, das teses da escola austríaca de Von Mises e Hayek. No Brasil, o Instituto Mises virou a escola da extrema-direita. É de assustar, por exemplo, o culto feito ao livro *Democracia: O deus que falhou*, de Hans-Hermann Hoppe, utilizado em aulas deste Instituto, onde se pode ler, por exemplo:

“... eles (os democratas e comunistas) terão de ser fisicamente separados e expulsos da sociedade. Da mesma forma, em uma aliança fundada com a finalidade de proteger a família e os clãs, não pode haver tolerância para com aqueles que habitualmente promovem estilos de vida incompatíveis com esse objetivo. Eles – os defensores de estilos de vida alternativos, avessos à família e a tudo que é centrado no parentesco (como, por exemplo, o hedonismo, o parasitismo, o culto da natureza e do meio ambiente, a homossexualidade ou o comunismo) – terão de ser também removidos da sociedade para que se preserve a ordem libertária”.

Assim se moldam os grupos de extrema-direita, não mais dispersos e isolados, mas articulados organicamente no mundo. É preciso dizer que esta articulação e disseminação da extrema-direita tem sido “auxiliada” pela desilusão causada por governos “progressistas” que se omitem ou se dispõem a aplicar os planos de austeridade, neoliberais, em cada canto do mundo.

Para o sucesso desta nova ordem que aspira impulsionar o mundo, a extrema-direita precisa assegurar os seus públicos apoiadores. O advento da internet proporcionou a

base para que tecnologias adequadas fossem colocadas em prática. A escola de Steve Bannon “inaugurou” esta tecnologia. A vitória de Trump e o Brexit foram as primeiras experiências. A eleição de Bolsonaro em 2018 usou fartamente este modelo, que, aliás, continua sendo aplicado.

Ao constatar a notável resistência do bolsonarismo — a despeito das inúmeras denúncias de corrupção e de malfeitos — medida pelos institutos de pesquisa, podemos atribuir, em grande medida, à potente comunicação da extrema-direita. A cada dia, mensagens centralizadas são disparadas para a rede de apoiadores. Estes se encarregam de difundi-las, abarcando um imenso público que passa a compartilhar a mesma linguagem e as mesmas informações. Por outro lado, ao observarmos que, apesar do imenso volume de realizações de nosso governo, sua popularidade patina ou aumenta muito pouco, é necessário abandonar o ufanismo e buscar compreender o que está ocorrendo. O bolsonarismo armou inúmeras armadilhas para o Governo Lula, principalmente um Presidente do Banco Central “independente”, alinhado ao bolsonarismo, e um Congresso Nacional repleto de bolsonaristas associados ao chantagista Presidente da Câmara dos Deputados.

O Governo e o PT não devem fundamentar a governabilidade exclusivamente em acordos com o Congresso, sobretudo, com a Câmara dos Deputados. Também não pode tornar-se refém da grande mídia que, no passado, apoiou o golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma e na prisão do presidente Lula.

É preciso mobilizar nossas bases, é preciso engajar o povo. Criar condições para isso depende em muito de uma comunicação baseada em:

- a) Desmontar a criminoso rede bolsonarista utilizando todos os meios legais possíveis;
- b) Falar com a base petista – um partido com três milhões de filiados pode facilmente alcançar cerca de quinze milhões de pessoas que passariam a receber mensagens diárias, informativas, do Partido e do Governo;

- c) Desenvolver um sistema de comunicação popular com os diretórios zonais, municipais e estaduais, bancadas de vereadores e deputados estaduais e distritais, comprometendo-os com a divulgação periódica de informações sobre as realizações do governo e esclarecimentos sobre a campanha de desinformação de nossos adversários;
- d) Contribuir ativamente para uma rede plural e criativa que expresse os valores da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e dos direitos sociais;
- e) Propor uma ampla cooperação e unidade da esquerda no campo da comunicação.

Economia solidária

Diante do fechamento de fábricas/empresas, do aumento das demissões, do empobrecimento no campo e na cidade, da flexibilização trabalhista, das transformações do mundo do trabalho e da diminuição do Estado, resultantes das políticas neoliberais que atingiram nossa sociedade, trabalhadoras e trabalhadores se auto-organizam e constroem saídas coletivas diversas, sob a inspiração da economia solidária, do desenvolvimento local sustentável e solidário, ampliando seu espaço na pauta das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais para a construção desta estratégia. Assim, no Brasil e em muitos países da América Latina, a economia solidária já demonstra esse potencial, mas para que ele se transforme em realidade, além das políticas públicas, é necessário que a economia solidária contribua para a construção de uma nova identidade que aglutine os/as trabalhadores/as na formação de um bloco histórico fundado sobre uma nova cultura política e uma nova cultura do trabalho, com ampla participação popular e com o aprofundamento das experiências econômicas e sociais autogeridas, expressão própria das experiências vividas pela classe-que-vive-do-trabalho, que no Brasil de hoje tem uma diversidade imensa.

A estratégia de avançar na democratização da economia deve, portanto, ser desenvolvida com um diálogo próximo, com a participação e o fomento à organização

econômica de outras lutas que compõem a agenda antineoliberal, como os quilombolas, os indígenas, movimentos antirracistas, a cultura independente e de base comunitária, o software livre, a comunicação alternativa e rádios comunitárias, com os movimentos populares, com os catadores, com a agricultura familiar e o movimento sem-terra, com a juventude, o movimento feminista, movimento LGBTQIA+. Enfim, nosso desafio é construir a unidade dos/as trabalhadores/as da autogestão na diversidade de pautas que movem nossa vontade militante de mudar o mundo. Destacamos aqui a importância da relação entre economia solidária e economia feminista no debate e na construção de uma economia que supere a divisão sexual do trabalho e que se constitua, contra todas as exclusões, explorações e opressões, a partir das necessidades do cuidado com a vida e com o bem viver da sociedade.

Por fim, temos o desafio no próximo período de organizar este debate no âmbito do processo eleitoral que viveremos em 2024 nas prefeituras, combinando também com as ações do governo federal e com nossas ações econômicas, políticas e organizativas na economia solidária.

IV. PT, programa e democracia

Assim como ocorreu nos primeiros governos com Lula e Dilma, o PT vem assumindo cada vez mais uma função de correia de transmissão, de justificativa das ações governamentais.

Em questões relevantes, como o novo arcabouço fiscal, a minirreforma eleitoral, a desoneração da folha de salários em prejuízo da Previdência, na redução dos mínimos constitucionais em saúde e educação, as mudanças do Ensino Médio, entre outras medidas, o protagonismo do PT (e do Diretório Nacional) é residual, quase ausente. As iniciativas do Partido ao governo, menos ainda. No caso da minirreforma eleitoral, a bancada não apresentou nem defendeu no debate questões como o voto em lista

partidária fechada, nem questionou a desproporcionalidade entre os Estados e na representação da cidadania.

Essa realidade é consequência também das mudanças e posições assumidas pela maioria no DN que enfraquecem e paralisam o conjunto do Partido.

A não renovação estatutária dos mandatos diretivos e sua prorrogação até 2025 foi um grave erro político. Na primeira oportunidade que o PT teria para apresentar-se como um partido democrático, deixamos de renovar as direções partidárias, inclusive, nos municípios que se preparam para as eleições em 2024. Prorrogar os mandatos das direções nacional e estaduais já era uma contradição com a necessidade de nos apresentarmos como o Partido com a maior democracia interna (eleições com direito de tendências com representação proporcional, igualdade de gênero e cotas étnico-raciais e de juventude). A partir da decisão de prorrogar os mandatos municipais, o DN foi mais longe, praticando ruptura estatutária, ao permitir aos Diretórios Municipais por meio de 2/3 de seus membros definir, inclusive, candidatura majoritária, negando, de fato, o direito do encontro municipal e de prévias que o estatuto garante.

O comportamento de “fração majoritária” — uma contradição nos próprios termos, pois uma maioria, em tese, poderia dirigir democraticamente — por parte da corrente majoritária, ao centralizar previamente seus membros antes das reuniões do DN e substituir a direção, enfraquece e paralisa o papel da direção partidária na iniciativa política e nos debates estratégicos que o PT necessita. Agravado pelo período da pandemia, o DN passou a reunir quase exclusivamente de forma virtual, sem a possibilidade do encontro presencial, com tempo que permita a conversa, o argumento e a construção de consensos. Como deve ocorrer em um organismo diretivo de iguais, a busca de uma orientação comum deve prevalecer e não simplesmente demarcação de maiorias e minorias. É flagrante e inegável esse vazio,

essa lacuna. Não bastam nossos documentos fundacionais. É preciso atualizar e materializar conquistas no momento presente.

Qual é a nossa proposta de democracia participativa para o país do Governo Federal aos municípios? Qual a nossa proposta de política econômica antineoliberal? Qual é nossa proposta de reforma do sistema eleitoral? Não enfrentamos com unidade nem a minirreforma recente! Qual é nossa proposta para uma nova política de Defesa Nacional frente à estrutura atual das FFAA? Qual é a nossa proposta de política tributária direta e progressiva?

A lista de uma atualização programática é longa e uma exigência inadiável. Não será apenas de um Governo de composição ampla, bem maior do que os Partidos que venceram no primeiro turno, que partirá essa iniciativa. Ao contrário, com minoria no Congresso, corremos o risco de propostas que mantenham ou piorem, do ponto de vista democrático e popular, as instituições e as políticas públicas no país. Dali não teremos, por exemplo, nenhuma iniciativa que permita o Governo Lula substituir as emendas parlamentares por um Orçamento Participativo para ficarmos numa proposta repetida durante a campanha eleitoral.

Nesse sentido, o PT necessita praticar radicalmente a democracia partidária, repensar estas últimas medidas funestas de prorrogar mandatos e dar outra função a sua Direção Nacional. É urgente a pauta de atualização programática e estratégica. A burocratização e a subordinação à lógica dos governos que elegemos não é uma novidade na história mundial dos partidos de esquerda. Ter consciência e vontade política de enfrentar o problema é o primeiro passo na tentativa de reverter a tendência negativa.

Temos que insistir, junto com outras correntes do Partido, na mudança de funcionamento do DN. Com pautas nacionais e internacionais, estratégicas, que nos permitam aprová-las em Congressos Partidários, democraticamente construídos.

Por fim, exige recuperar o balanço das alterações estatutárias na virada do século com o Processo de Eleições Diretas (PED) e as outras alterações em relação à sustentação material do Partido, a não contribuição financeira do filiado sem mandato ou cargo comissionado em qualquer esfera administrativa, ou legislativa.

Essas mudanças estatutárias não aumentaram a participação contínua dos filiados nem melhoraram a democracia interna partidária. Ampliaram a dependência aos mandatos e ao fundo partidário, desmotivaram a organização e a nucleação do Partido. Deixamos de ser o partido da militância e da iniciativa da organização de base para ser mais um partido eleitoral com uma enorme e crescente diferença entre os eleitos, os dirigentes e o filiado de base.

O simples processo eletivo, sem debate, sem discussão, sem a possibilidade de cotejar e avaliar propostas distintas e de balanço e perspectivas para as várias instâncias transformam o PED numa corrida desenfreada de filiações sem critérios, de diretórios fantasmas, de atas fraudadas que são o oposto da nossa origem e das primeiras décadas do Partido.

Nossos encontros e congressos em todos os níveis podem e devem ter o voto direto de todo filiado, com colégios eleitorais previamente definidos e posteriormente apurados, consensualmente e sem fraudes, com processos transparentes e atrativos para a ampla militância e filiados do Partido que o transforma na força viva e atuante que precisamos.

V. PT e a esquerda à esquerda do governo, programa antineoliberal, radicalizar a democracia

Longe de esgotar-se na eleição de Lula, a luta democrática antineoliberal ganhou novos desafios e não menos dramáticos dos que os já enfrentados desde o golpe à Presidenta Dilma à prisão de Lula. O PT foi capaz de organizar a resistência e construir um movimento democrático e popular para eleger Lula no qual um programa democrático antineoliberal e a unidade da esquerda foram essenciais. Essas dimensões estratégicas continuam essenciais um ano depois de Lula assumir a presidência da República.

Um governo de esquerda deve implementar o programa que o elegeu e para isso enfrenta o desafio de permanentemente construir correlações de forças mais favoráveis a esse objetivo. A dialética entre governo e o movimento em torno do programa democrático antineoliberal passa a ser a dinâmica fundamental.

Um programa histórico só se realiza quando um bloco histórico de forças políticas e sociais com capacidade hegemônica se forma. Não há espontaneísmo nem substitucionismo. E nem pode haver acomodação conciliadora. São as classes trabalhadoras e as forças políticas que delas se reivindicam — no presente e em perspectiva transformadora — que têm papel nesse processo. Ao PT e demais partidos da esquerda, à CUT e demais centrais, ao MST e à Frente Brasil Popular, ao MTST e à Frente Povo Sem Medo, à Marcha Mundial das Mulheres, às organizações da luta antirracista, aos povos indígenas e comunidades tradicionais, ao movimento ecossocialista, ao movimento LGBTQIA+ +, à UNE e organizações de juventude e tantas outras organizações políticas e sociais fundadas nas lutas pela democracia estão postas estas tarefas históricas.

Uma nova tríade se forma nesse período: enfrentar e superar o neoliberalismo, radicalizar a democracia, organizar o PT e a esquerda para defender o governo e defender o programa democrático antineoliberal.

4ª Plenária Nacional da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores.

São Paulo, 1 e 2 de dezembro de 2023.

Confira outros artigos da Revista #DemocraciaSocialista12:

<https://democraciasocialista.org.br/revista-democraciasocialista12-disponivel/>